ATA DA REUNIÃO nº 001/2024 DA COMISSÃO DO FLUXO

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, às 09h, se reuniram presencialmente, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito a Av. União das Américas - nº 380 – Jardim Aruan, Caraguatatuba/SP, os membros da Comissão para monitoramento, fiscalização e avaliação do Protocolo e Fluxograma criado pela Rede de Proteção de Caraguatatuba para Atendimento à Criança e ao Adolescente (Comissão do Fluxo), em atenção ao Decreto 1.625 de 13 de abril de 2022, estando presentes na reunião os seguintes Membros: Aline Rodrigues Alves Ciaca, Silvyane Luanda Prata Jeronimo, Daniela Bandeira Vaz, Alessandra Siqueira Salgado, Paula Fernandes Pereira, Solange Fernanda dos Santos, Iara Freire da Costa, Breno do Prado Savassa, Roberta Maria Bernardini de Castro, Capitão PM Eduardo Monteiro de Oliveira, Hugo Raimundo Dezem, Ceci Oliveira Penteado, Alexandra Freitas de Matos e Patrícia Aparecida da Silva. Justificaram suas ausências os Membros: Rhode Ciumara de Oliveira Pires, Márcia Maria Brandão dos Santos, Dina Maria Marques da Cruz, Roseli Teixeira de Mello e Maria Antonia da Silva Farias. Presentes como Convidadas: Elen Ferraz, representando o Conselho Tutelar da Região Sul e Evania Rodrigues Moraes Escudeiro, representando a Diretoria de Ensino de Caraguatatuba. Presente também o Sr. Luiz Gustavo do Prado, Secretário Executivo dos Conselhos Municipais. Verificando o quórum suficiente para início da reunião, a Sra. Aline Rodrigues Alves Ciaca, Presidente do CMDCA deu boas vindas a todos os Membros, agradeceu pela presença, acolheu a todos e disse sobre a importância da retomada do trabalho desta Comissão para o alinhamento do Fluxo de Atendimento da Criança e do Adolescente, bem como a participação de toda Rede de Proteção no mesmo. A Dra. Aline Alves disse que é uma retomada deste importante trabalho da Comissão para que o Fluxo aconteça de fato, que as reuniões da Comissão serão mensais e que neste primeiro encontro o objetivo é conhecermos uns aos outros e tomar ciência das principais demandas que estão relacionadas ao Fluxo em questão. Que muito se aponta sobre a necessidade de alteração do Fluxo, que o mesmo está fragmentado, que já foi sugerido uma compilação e que o mesmo precisa estar mais claro para entendimento, sendo este o objetivo final do trabalho deste colegiado. Que se faz necessário o trabalho em harmonia, independente de qual Secretaria ou órgão estejamos representando e passou a palavra a Sra. Patrícia Aparecida da Silva, para que iniciasse sua apresentação. Com a palavra a Sra. Patrícia disse que é Assistente Social, que à frente da Coordenação do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), que atendem famílias em risco social e que quando há direito violado a família tem conhecimento que está indo para o CREAS. Que está dentro da Proteção de Média Complexidade, que entendem que a proteção social integral das políticas públicas já deveriam ter atuado antes da família chegar ao seu Equipamento e que atualmente o trabalho vem acontecendo de forma inversa em nosso município, sendo que vem a demanda da Alta Complexidade (acolhimentos de

crianças e idosos) para a proteção especial de Média Complexidade e somente depois para o território. Encerrando esta fala a Sra. Patrícia disse ser esta uma explanação simples e que a proteção especial integral territorial está com uma defasagem de Recursos Humanos (RH) e as políticas públicas no território não estão conseguindo fazer o trabalho preventivo. Ainda com a palavra, disse que deixa claro que não se refere a pessoas ou profissionais, mas tão somente às políticas públicas. Seguidamente a palavra foi passada á Sra. Iara Freire da Costa, que informou ser Psicóloga, exerce atualmente a função de Coordenadora e Guardiã das duas unidades do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes do município. Que concorda com a colocação da Sra. Patrícia Aparecida da Silva, haja vista que se trata de serviço de Alta Complexidade, que há falhas no encaminhar das situações e o acolhimento de crianças e adolescentes só é possível após esgotar todas as possibilidades. Que chegam casos que a Proteção Básica não teve conhecimento sobre a família, que isso é grave por estarmos lidando com crianças e adolescentes que precisam dos mais diversos serviços das Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, entre outros. Que temos caso de crianças fora da escola há quatro anos, que há situações de distúrbio e está fora do atendimento da saúde, que tudo isso acaba gerando o caminho inverso que é acolher para depois promover o direito, a vaga na escola, o atendimento na saúde e isso não é correto. Na sequência se apresentou a Sra. Daniela Bandeira Vaz, que é Assistente Social, trabalha no Apoio Técnico de Assistência Social na Secretaria Municipal de Educação, disse das ofertas educacionais do infantil ao fundamental dois e que o Ensino Médio é ofertado pela rede estadual de ensino. Que em relação às demandas que envolvem o fluxo, os entendimentos dos serviços relacionados à educação, da dificuldade de compreensão por parte de alguns órgãos da Rede de Proteção sobre aquilo que a Secretaria de Educação pode fazer ou deixar de fazer, que o mais importante está na necessidade de algumas vezes a Secretaria de Educação precisar chamar a Rede de Proteção para discussão de casos. Que o ideal seria trabalhar a rede antes mesmo da reunião concentrada, de preferência por meio do PIA já previsto no fluxo de ação. Encerrando sua participação a Sra. Daniela desejou que estas reuniões da Comissão ajudem a rever essas questões. Retomando a palavra a Presidente Aline Alves disse dos e-mails recebidos da Secretaria de Educação sobre as convocações de reuniões mencionadas pela Sra. Daniela, que mais do que falar do descumprimento do fluxo, o importante é registrar para que chegue por escrito à Comissão. Que a formalização é importante. Seguidamente foi dada a palavra a Sra. Evania Rodrigues Moraes Escudeiro, que informou ter sido designada para representar a Diretoria de Ensino, haja vista a impossibilidade da Sra. Márcia Bandão e Sra. Dina Cruz estarem presentes na reunião de hoje. Afirmou que é professora, que o COMVIVA que existe na Diretoria de Ensino trabalha a questão do aluno com aluno, aluno com professor, aluno que vem com situações de violência, não havendo muitos problemas com alunos e sim sociais que acabam entrando na escola. Disse dos problemas de alimentação, de apoio familiar e perspectiva de vida, não sendo estes problemas educacionais, mas que influenciam diretamente na parte pedagógica. Que

sobre as demandas em relação ao fluxo, a Sra. Dina informou que são: falta de articulação entre a rede protetiva nos encaminhamentos de alunos do ensino médio. Que essa articulação precisa ser ajustada. Na sequência recebeu a palavra a Sra. Alexandra Freitas de Matos, que disse representar a Secretaria Municipal de Saúde, que trabalha na Atenção Básica e que embora saiba que todos busquem fazer o melhor, há uma sobrecarga de serviços sobre todos os profissionais. Que procura dividir seus trabalhos com a colega Ceci Oliveira, que na maioria das vezes são poucas pessoas da Saúde nas reuniões e a maioria é do Social e que as principais demandas serão apontadas no momento propício. Seguidamente se apresentou a Sra. Silvyane Luanda Prata Jeronimo, que é Assistente Social, representa nessa Comissão o CMDCA, coordena o Ambulatório de Saúde Mental Infantil e o PROTEGE. Que está feliz com a retomada das reuniões desta Comissão do Fluxo, que é importante que todos os presentes conheçam a lei 13.431/2017 que origina este trabalho, que é fácil apontar o papel das Secretarias, que escuta especializada não é depoimento, não serve como elemento de prova e se trata de uma escuta protetiva. Que se a criança e adolescente não desejar falar, não pode ser obrigado a falar e não é tudo que se encaixa como escuta, pois há situações em que a Rede de Proteção pode tomar medidas protetivas independente da escuta. Falou também dos tipos de violência que se enquadram nesta hipótese e que negligência não é caso de escuta. Que primeiro convida a Rede a conhecer a lei por meio da leitura para entender o que é depoimento especial, escuta protetiva, pois somente assim poderemos avaliar se o Equipamento está cumprindo ou não o fluxo de atendimento. Encerrando a sua fala, a Sra. Silvyane falou do curso online do UNASUAS que ajuda muito no entendimento das políticas públicas voltadas à saúde e social, bem como se colocou a disposição para o trabalho em rede. Que disponibiliza no grupo de Whatsaap da Comissão o link sobre o curso. Ato contínuo se apresentou a Sra. Ceci Oliveira Penteado, disse que é da Secretaria de Saúde, responsável pelas Vigilâncias às Violências, que a mesma se tornou causa de saúde e atendimento direto da Rede de Proteção porque não se tratam apenas de casos policiais. Que não discute a forma como o Fluxo está delineado, mas sim o seu entendimento, haja vista que não existe Fluxo sem conversa. Que é necessários os profissionais se despirem de conceitos e visões particulares e atualmente tudo está indo para o PROTEGE, quando não deveria ser desta forma. Que as situações de "crianças fantasmas" em algumas regiões que tem área de ocupação e não é permitida a entrada de técnicos da prefeitura mesmo em situações de saúde. A Sra. Ceci mencionou alguns casos que atendeu ao longo dos últimos meses envolvendo mães, crianças, atendimentos diretos e indiretos. A Sra. Silvyane pediu a palavra para falar do crescimento populacional de Caraguatatuba, do aumento da demanda de todas as políticas públicas em detrimento aos Recursos Humanos que nos últimos tempos vem diminuindo com a aposentadoria de muitos profissionais, concurso que aconteceu e não chamou os aprovados, entre outras questões. Que faltam profissionais em todas as políticas públicas. Retomando a palavra a Sra. Ceci falou da importância de todos se unirem, idealizar o cuidado dos munícipes e não se prender apenas nas discussões

pontuais que acabam por somente divergir. Que gosta do trabalho que faz, que acredita no fluxo instituído e os profissionais envolvidos precisam dialogar sobre ele, sendo este o seu diagnóstico a respeito do Fluxo de Atendimento. A Sra. Roberta Castro pediu a palavra para dizer que apontar que o outro não faz o seu trabalho é relativo, que há falta de seis a sete profissionais nas escolas diariamente, que nenhum aluno volta para casa por falta de professores e que essas reuniões são necessárias para fortalecerem uns aos outros. A Sra. Ceci disse ainda que concorda que há falta de provocação para as reuniões, que Educação e Social têm público definido, enquanto que a Saúde possuiu o município todo para atender. Na sequência a Sra. Aline Rodrigues Alves Ciaca se apresentou aos membros dizendo que é Advogada de formação, está atuando na Assessoria de Governança dentro da Secretaria de Assistência Social, foi eleita para presidir no CMDCA na gestão dois mil e vinte e quatro a dois mil e vinte e seis e que está a disposição de todos. Que sua função aqui é mediar, proporcionar um diálogo sadio, muito embora cada um tenha suas demandas em relação ao Fluxo, que espera que todos mudam a fala do pessoal para o coletivo, visando a proteção integral das crianças e adolescentes. Que seu olhar é este desde que entrou na Assistência Social, qual seja, de olhar para o usuário que espera uma solução para sua situação. Que concorda com as palavras da Sra. Ceci, que o trabalho é complexo e muitos estão desgastados devido às violências com crianças e adolescentes. Que o objetivo desta Comissão não é apurar denúncias, mas, sobretudo verificar as principais dificuldades e em colegiado chegarmos à conclusão do que é melhor ser feito, aparar as arestas e conseguir ver aquilo que é melhor para todos. Em seguida a palavra foi passado ao Sr. Eduardo Monteiro de Oliveira, que afirmou ser o Capitão da Polícia Militar, Comandante dos policiais na região de Caraguatatuba. Que está feliz com o retorno das reuniões desta Comissão, que esse grupo é importante e possui grande potencial e que se for bem trabalho se colherá bons frutos. Que todos percebem que a maior dor enfrentada pela polícia é a falta de políticas públicas, é uma grande carência na atualidade e é como se fosse uma base que está em falta. Que percebe no dia-a-dia, crianças e adolescentes que quando não são vítimas, acabam sendo autores; as violências contra as mulheres levam as crianças também a sofrerem; situações em escolas, cujo atendimento também é dado. Que na operacionalidade percebe que há problemas de entendimento com o serviço público, mas abordará o tema em momento oportuno, haja vista que são peculiaridades e isso será acertado na medida que as reuniões da Comissão evoluírem. Encerrando sua fala o Capitão colou-se a disposição de todos e demonstrou seu desejo de contribuir com a Comissão. Ato contínuo a palavra foi passada ao Sr. Hugo Raimundo Dezem, que afirmou ser Escrivão de Polícia, representante da Polícia Civil de São Paulo, atualmente exercendo a função de Chefe dos Escrivães da Polícia Civil em Caraguatatuba. Que é a primeira vez que participa de uma reunião deste tipo, que não tem conhecimento profundo dos temas abordados, mas fará o curso indicado no grupo para maior compreensão. O Sr. Hugo Dezem disse que a Polícia Civil está totalmente a disposição e que tem algumas dúvidas que deseja esclarecer, sobretudo quanto à participação da Polícia Civil. Que

não realiza plantões atualmente, mas são nos mesmos que aparecem as principais dúvidas sobre adolescentes infratores, mesmo nos casos em que não serão apreendidos. Que se gera dúvidas no sentido de quem deve ser acionado nestes casos e o trabalho da Comissão será importante para compreensão de como se deve agir diante das situações. Que se compromete a passar o que aprender aos seus colegas, pois há vários casos em que o adolescente não tem família, não tem parentes e não se sabe a quem chamar. Que será muito importante esclarecer, passar as informações aos Escrivães e cobrá-los pelo cumprimento das mesmas também. Que está a disposição de todo grupo e a Polícia Civil está a disposição. Em resposta a Presidente do CMDCA agradeceu ao Sr. Hugo Dezem pelas palavras, disse da alegria de ter a Polícia Civil nesta Comissão e falou da importância de estreitar laços como já há com a Polícia Militar. Na sequência a palavra foi passada para Sra. Roberta Maria Bernardini de Castro, que na sua apresentação disse que é Professora, mencionou o tempo nesta profissão, o tempo no município de Caraguatatuba, que foi Diretora de Escola por dezoito anos e atualmente é Supervisora, estando nessa Comissão como representante da Secretaria Municipal de Educação. Em suas considerações a Sra. Roberta disse que a falta de reunião desta Comissão fragiliza o trabalho da Rede de Proteção. Que as equipes gestoras das unidades escolares também estão bastante fragilizadas, sendo que frequentemente há pedido de apoio à Polícia Militar, pois professores, diretores e supervisores são constantemente ameaçados por munícipes. Que a Educação está nesta Comissão devido a duas situações realizadas para minimizar as questões relacionadas ao Fluxo. Que a primeira delas é o fato de que nenhuma ficha SINAM sai da Secretaria de Educação sem que passe pelas mãos da Sra. Daniela Vaz. Que as orientações sobre PROTEGE, também são dadas pela Sra. Daniela Vaz. Que os assuntos aqui discutidos são transmitidos a todos os supervisores em uma reunião específica que os supervisores realizam todas as segundas-feiras e que é a voz da Secretaria de Educação nesta Comissão. Que esta reunião é muito importante e necessária, por isso o princípio fundamental é a união de todos, termos um interesse comum que é ser rede de proteção de alunos. Que não deve haver espaço para desentendimentos motivados por falta de políticas públicas, pois a maioria dos problemas enfrentados é exemplificou contando fato sobre fiscalização que atendeu na EMEF Débora Pilon. Que atualmente fazem o QE projeção, explicou o que vem a ser este trabalho e disse que não há vagas, não há profissionais não há quem queira ser professor e que não há distância alguma com a Secretária de Educação. Que a Secretaria de Educação está a disposição de todos. Dando sequência a palavra foi passada para Sra. Paula Fernandes Pereira, que disse ser Conselheira Tutelar, coordenadora da sede do CT Região Centro, que também é Advogada e que já não é a mesma Paula que ingressou no CT em 2021. Que o Fluxo ao ser lido não é ruim, mas na prática infelizmente não funciona; que todos os setores estão com falta de Recursos Humanos e que entrou para o CT para suprir a falta de Conselheiros, mas que de sua turma ficou apenas uma Conselheira. Que o CT não conseguiu colocar as demandas em ordem, que há prazos desde dois mil e vinte e dois sem responder, que a demanda

reprimida vem desde dois mil e dezoito e que o Conselho Tutelar não realiza serviço, mas o requisita e fiscaliza as políticas públicas, mas na prática não acontece dessa forma. Que desejava poder fazer visita ao PROTEGE, contatar as dificuldades, mas infelizmente pela atual realidade não é possível. Que a partir do Colegiado do CT, o que mais se observa são que existem sim os embates entre os Conselheiros, mas é visível que o atual CT consegue caminhar com a Rede de Proteção. Que se chega a um consenso para ver a criança e adolescente. A Sra. Alexandra Freitas destaca a importância da fala da CT Paula Pereira, pois quem está de fora muitas vezes desconhece essas informações. Retomando a palavra a CT Paula Pereira disse sobre a dificuldade para algumas CTs quando há casos de estupro, que concorda com os temas abordados pela Sra. Patrícia e Iara, pois quem aplica a medida de proteção é o Conselho Tutelar e presencia as situações complexas que necessitam do acolhimento. A CT Paula Pereira deu exemplo de situação ocorrida no bairro da Olaria, que há casos em que é preciso relatar, fazer registros das falhas que acontecem e que na sua opinião, todos os acolhimentos ocorreram por falha da Rede de Proteção. Disse também sobre as dificuldades vividas nos plantões, sobre a má impressão que se têm do Conselho Tutelar, sobre a importância da presença da Polícia Civil nesta Comissão e a importância de se olhar a criança e adolescente. Ainda com a palavra, a Conselheira Paula falou da visão que muitas vezes a família tem do CT, que busca e apreensão de menor não é atribuição do CT, que o CT precisa do CRAS – CREAS – Saúde – Social, pois tudo isso é porque a família precisa. Que não é atribuição do CT fazer visita, mas já fez a mesma por segurança de adolescente e que em matéria de Fluxo de Atendimento havia muito embate, mas espera a construção de uma nova forma de comunicação. A Sra. Paula também disse que a estrutura do Conselho Tutelar está aberta para todos conhecerem, mencionou a questão da impressora, veículo oficial, empréstimo de veículo para poder fazer visitas e que ligado antes de fazer apontamentos junto ao Ministério Público. Encerrando sua fala, a CT Paula Pereira mencionou fato envolvendo o SAMU, disse sempre pedir a ajuda da Sra. Iara Freire e que esta Comissão precisa acalmar uns aos outros e que precisamos trazer para esta reunião aquilo que mais aflige, pois o mais importante é a criança e o adolescente. Em resposta à CT Paula Pereira a Sra. Ceci colocou a Secretaria de Educação a disposição e a Conselheira Paula disse que é preciso mudar a concentração das reuniões concentradas no Conselho Tutelar. Que não há necessidade de aguardar o CT chamar e a Rede de Proteção pode fazer isso. A Sra. Daniela Vaz disse que realiza o chamado para as reuniões com os atores da rede, mas infelizmente nem sempre é atendido, inclusive pelo Conselho Tutelar. Ato contínuo a Sra. Ceci contribuiu com novas considerações e a Sra. Daniela Vaz disse sobre o trabalho intersetorial, a atribuição técnica e a discussão de caso. Dando sequência a palavra foi passada para Sra. Elen Ferraz da Silva, Conselheira Tutelar que atua na unidade da Região Sul. Que iniciou no ano de dois mil e vinte quatro, falou sobre as reuniões concentradas, sugeriu que a capacitação que acontece para os Conselheiros Tutelares antes da posse seja feito depois que entrarem em serviço, pois antes não há

entendimento, que está aprendendo na prática e que entrou em um Conselho Tutelar em que não havia diálogo algum. Que todas as colegas sabem de sua busca por conhecimento, que busca apoio também nas Conselheiras do CT Centro, destacou a importância da Sra. Daniela Vaz, Sra. Silvyane e que nada tem a dizer contra o atendimento recebido na Saúde. Disse ainda das dificuldades de diálogo que tem observado, as situações em que não há respeito, as situações em que a Rede de Proteção não trabalhou e gerou o acolhimento, bem como os casos pendentes desde dois mil e vinte e dois e que estavam parados na Secretaria de Educação. A Conselheira Elen falou ainda sobre as discussões, egos, opiniões divergentes que não são respeitadas e mencionou a visita realizada na Fundação Casa. A Conselheira Paula Pereira pediu a palavra para dizer que a fala da colega Elen estava relacionada à gestão do CMDCA, pois as Conselheiras eram blindadas. Que com a troca da gestão, a comunicação com a Saúde de forma geral melhorou muito, comunicação com a Santa Casa, Hospital Regional também melhorou, pois não é necessário ficar o tempo todo se dirigindo ao CMDCA para falar com alguém. Que isso acontecia muito. A Presidente Aline Alves disse que de fato havia equívoco sobre essa questão junto ao CMDCA, disse das mudanças que vem realizando, das ligações que recebe e repassa para o Conselho Tutelar, retirando do CMDCA a direção dos fatos. Sobre isso também contribuiu a Sra. Roberta Castro, a Sra. Iara Freire e a Conselheira Elen Ferraz encerrou suas considerações mencionando fato ocorrido no UPA, onde a equipe da UPA informou que tempos atrás havia recebido orientações do CMDCA sobre como proceder em caso de ausência de Conselheiro Tutelar. A Sra. Alexandra Freitas pediu a palavra para falar de outras equipes cuja importância é para estarem presentes nesta reunião ao que a Presidente Aline Alves disse que não há impedimento de outros atores da Rede de Proteção participarem dessa reunião. Que em reuniões pontuais podemos convidar quem quer que seja, sempre com o fim de acrescentar no trabalho da Comissão. A Sra. Ceci colocou a Secretaria de Saúde a disposição do Conselho Tutelar para uma reunião mais detalhada e a Sra. Elen Ferraz disse que está a disposição mesmo após o expediente e aos finais de semana. Seguidamente a palavra foi passada para Sra. Alessandra Siqueira Salgado, que se apresentou dizendo que é Assistente Social, atualmente Diretora da Proteção Básica na Secretaria de Assistência Social, que sua principal demanda em relação ao Fluxo é que quando há mudanças de pessoas nos cargos, acabam por mudar também o Fluxo e isso é prejudicial. Que concorda com várias das falas já mencionadas sobre empatia, falta de entendimento das situações, que não se trata de atacar, mas de respeitar e organizar. Que na sua opinião não é o Fluxo que não funciona, mas muitas vezes é o entendimento sobre ele. A Conselheira Daniela Vaz lembrou que o compilado do Fluxo foi constituído por uma Resolução que norteia o cumprimento do Fluxo pelos atores da Rede de Proteção. Que a continuidade deve existir, independente da pessoa. A Sra. Iara Freire contribuiu dizendo que essa Comissão existe para também para modificar o Fluxo se necessário, pois o mesmo é um organismo vivo. Que se a Rede percebe que existe uma demanda, por exemplo as questões de violência do município, pode fazer as mudanças no Fluxo

que entender necessárias. Que ninguém cria política pública sem um diagnóstico, mas que hoje o mesmo é falho e não aponta onde está faltando os serviços. A Sra. Ceci Oliveira contribui também com sua visão. Seguidamente o Capitão Eduardo pediu a palavra para sugerir que na discrição do grupo de whatsaap se coloque um drive com os documentos de forma que quem for chegando poderá ir lendo e não será necessário repetir demandas que já foram discutidas. Que esse drive deve ser alimentado. Na sequência se apresentou a Sra. Solange Fernanda dos Santos, representante da Casa de Saúde Estella Maris, que informou sobre a dificuldades com documentação e devolutiva de documentos enviados. Que no caso da ficha SINAM já foi conversado sobre o preenchimento correto da mesma, os problemas gerados no atendimento a uma adolescente por conta disso, que a UPA acionou o Conselho Tutelar e que a ficha não estava totalmente preenchida. Que a Santa Casa está a disposição para que todos possam conhecer o trabalho, Em seguida a Sra. Silvyane pediu a palavra para fazer considerações sobre a ficha SINAM e a Sr. Ceci também contribuiu, bem como Daniela Vaz e Roberta Castro também colaboraram com o diálogo. A Presidente do CMDCA, Sra. Aline Alves pediu a todos que na próxima reunião tragam as principais dificuldades que cada ator da Rede de Proteção tem com o Fluxo de Atendimento. A Sra. Patrícia pediu o envio do Fluxo em PDF no grupo do whatsaap. Seguidamente se apresentou o Sr. Luiz Gustavo do Prado, Secretário Executivo dos Conselhos Municipais, entre eles o CMDCA, que informou brevemente seu trabalho, sua formação e destacou a presença da Sra. Pamela Ribeiro que também atua na Casa dos Conselhos. Seguidamente a Presidente do CMDCA, Sra. Aline Alves, retomou a palavra, agradeceu a apresentação de todos e abordou a questão das denúncias que chegaram ao CMDCA ligadas a questão do sigilo que talvez tenha sido quebrado, pois foi informado que que há equipamentos que estão abrindo para família quem foi o denunciante ou quem fez a denúncia. Que são situações em que a família tem informações sobre a origem da denúncia e a pessoa que abriu aquela ficha ou processo acaba sendo ameaçada pela família. Que tal situação é muito arriscada, que os denunciantes não querem mais denunciar porque correm risco de vida, que é mais de um Equipamento que teve essa informação revelada para família e é necessário pensarmos em conjunto em uma saída segura para essas situações. Sobre este assunto contribuiu a Sra. Silvyane que sugeriu o estudo das resoluções, a lei, as normas técnicas sobre o assunto e não sabe como uma profissional irá abordar o assunto sem dar conhecimento à família sobre o que se trata. Que há casos e casos, que orienta aos servidores do PROTEGE a não revelar a fonte, que o local não tem guarda patrimonial e que não é possível aceitar acusações sem conhecimento de norma técnica. Que não este fato não está relacionado a Supervisora Roberta Castro, mas refere-se a uma Diretora de unidade escolar. A Sra. Roberta também contribui com o diálogo, bem como a Sra. Alexandra Freitas no tocante às UBSs, a Sra, Daniela Vaz sobre a notificação de violência, escuta especializada e a Sra. Aline Alves disse que não se trata de situação a ser resolvida no CMDCA, mas na Comissão do Fluxo, pois é competência desta. Que se não há previsão para esta situação no Fluxo de

atendimento precisará ser colocado. Que não podemos levar para o pessoal, mas também não podemos colocar o profissional em risco, especialmente aqueles que estão diretamente com a família. A Conselheira Paula Pereira falou das denúncias recebidas no Conselho Tutelar, que não há protocolo de denúncias no CT, sendo que trabalham apenas com uma planilha de Excel, que o SIPIA não vai dar certo e é necessário melhorar as informações básicas, pois as vezes não tem nome completo, endereço incompleto e mais detalhes que serão importantes na visita. Também a Sra. Patrícia Silva, também fez a sua contribuição dizendo que sobre o sigilo profissional, a partir do momento que se coloca no papel não é mais sigiloso e que se faz o máximo para não expor os colegas e Equipamentos. Que aconteceram falhas, mas cada técnico e profissional precisa entender o seu papel na proteção da criança e adolescente. Que é preciso desconstruir a ficha SINAN no contexto da proteção e não na punição. Que estamos para proteger e não para punir. A C. T. Paula Pereira também fez sua contribuição ao qual a Sra. Patrícia Silva também fez nova colocação e a Presidente Aline Alves disse que temos um problema e precisamos resolver enquanto Comissão do Fluxo, não havendo absolutamente nada contra o CREAS ou qualquer outro Equipamento. Que as denúncias que chegaram ao CMDCA em nada estão relacionadas com o CREAS. A Sra. Roberta Castrou colocou o posicionamento orientado aos Diretores das unidades escolares, que será dado continuidade e que cabe à divisão disciplinar apontar quem errou ou não. Que seguirá o seu papel como representante da Secretaria de Educação quanto à estas questões. A C. T. Paula Pereira disse que este não é o objetivo nessa reunião, que a ideia foi trazer inicialmente as dificuldades frente ao fluxo e que os ataques levam a Rede de Proteção a perder de forma significativa. O Secretário Executivo, Sr. Luiz Gustavo leu para os presentes o que determina o artigo 8º (oitavo) da Resolução CMDCA nº 09 de 03 de Dezembro de 2021, que deu origem à Comissão do Fluxo e destacou o que cabe a Comissão quanto à apuração de descumprimento do Fluxo de Atendimento. A Sra. Ceci Penteado também fez sua contribuição. Retomando a palavra a Presidente do CMDCA, propôs a próxima reunião para o dia doze de setembro de dois mil e vinte e quatro, ás nove horas da manhã neste mesmo local, o que foi aprovado por todos. Não havendo mais nada a tratar, a Sra. Aline Rodrigues Alves Ciaca, Presidente do CMDCA deu por encerrada a reunião da Comissão do Fluxograma de Atendimento e eu, Luiz Gustavo do Prado, Secretário Executivo dos Conselhos Municipais lavro a presente Ata registrada sob o número 001, sendo a mesma assinada por mim e pelos Membros.

Aline Rodrigues Alves Ciaca **Iara Freire da Costa** **Patrícia Aparecida da Silva**

Cap. PM Eduardo Monteiro de Oliveira **Silvyane Luanda Prata Jeronimo**

GESTÃO DE 2024 A 2026

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Lei Municipal n° 1.885, de 17 de novembro de 2010.

ATA DA REUNIÃO nº 001/2024 DA COMISSÃO DO FLUXO

Daniela Bandeira Vaz

Alessandra Siqueira Salgado

Paula Fernandes Pereira

Breno do Prado Savassa

Hugo Raimundo Dezem

Alexandra Freitas de Matos

Ceci Oliveira Penteado

Solange Fernanda dos Santos

Roberta Maria Bernardini de Castro

Elen Ferraz da Silva

Evania Rodrigues Moraes Escudeiro

Luiz Gustavo do Prado
Secretário Executivo